



DESERTIFICAÇÃO
Causas, Efeitos
e Perspectivas de Controle



Copyright © 2009 | by INESP
Coordenação Editorial | *Antonio Nóbrega Filho*
Projeto Gráfico e Capa | *Carlos Alberto Alexandre Dantas*
Impressão e Acabamento | *Gráfica do INESP*
Coordenação da Pesquisa | *Suzete Nocrato*
e Produção Textual | *Tereza Barros*
| *Mônica Mota Tassigny*
Revisão | *Vânia Soares*
Equipe de Pesquisa do INESP | *Larissa Ferreira Costa Marinho*
| *Sarah Lylia Souza Batista*
| *Manuelina Maria Gonçalves*

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, 2807 – Dionísio Torres

Fone: 3277.3701 – Fax (0xx85) 3277.3707

CEP 60170-900 – Fortaleza-Ceará-Brasil

al.ce.gov.br/inesp – inesp@al.ce.gov.br

Antonio Nóbrega Filho

|ORGANIZADOR|

DESERTIFICAÇÃO
Causas, Efeitos
e Perspectivas de Controle



Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento
do Estado do Ceará

Fortaleza – Ceará

2009



☐ Sumário

- ☐ Apresentação, 7
- ☐ Desertificação: Causas, Efeitos e Perspectivas de Controle, 9
- ☐ Aspectos Geofísicos e Sociais do Ceará, 11
- ☐ Degradação Ambiental e Desertificação, 15
- ☐ Programas de Combate à Desertificação, 17
- ☐ Fatores e Efeitos da Desertificação, 19
- ☐ Considerações Finais, 23
- ☐ Protocolo de Kyoto, 25
- ☐ Referências Bibliográficas, 29



▣ Apresentação

A cidadania participativa implica em direito à informação. Assim, o acesso ao conhecimento da realidade ambiental, social e econômica que envolve a questão da desertificação em nosso Estado pretende favorecer a reflexão, a opinião, o questionamento e a participação, no enfrentamento dessa problemática.

Dessa forma, constitui-se preocupação do Legislativo Estadual, empenhado em contribuir com a socialização do acesso ao saber, promover debate sobre a questão da desertificação em nosso estado, oferecendo informações relevantes sobre os nefastos efeitos desse fenômeno em nosso estado, assim como encontrar soluções para seu combate e prevenção.

Surge como consequência a necessidade da conjugação de esforços de todo o Poder Público e da sociedade para a efetivação de política voltada para a proteção ambiental aliada a projetos de melhoria da qualidade de vida da população, sob o prisma do desenvolvimento sustentável.

Deputado Domingos Filho

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará



▣ Desertificação: Causas, Efeitos e Perspectivas de Controle

▣ RESUMO

A desertificação é o processo de degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. Nas últimas décadas, observou-se um movimento crescente em relação à preservação, conservação, recuperação e uso sustentável do meio ambiente. Nesse particular, o parlamento estadual tem se engajado em diversas frentes, daí a busca de alternativas para o combate e a prevenção do grave problema da desertificação em nosso estado.





▣ Aspectos Geofísicos e Sociais do Ceará

O Estado do Ceará conta com uma diversidade de biomas, de domínios naturais e paisagísticos e condições geológicas variadas, embora, na sua maioria, apresente a formação de rochas cristalinas, duras e impermeáveis, apresentando características que dificultam a absorção da água.

Na faixa litorânea, a formação de rocha é sedimentar, o que, ao contrário da rocha cristalina, torna o solo permeável, com fácil capacidade de absorção de água.

Esses aspectos geológicos incidem sobre a qualidade do solo, interferindo na disponibilidade de recursos hídricos. O relevo encontra-se, predominantemente, situado abaixo do nível do mar e com uma topografia pouco acidentada. Essas são características inibidoras das precipitações.

O Ceará faz parte da Região Nordeste do Brasil que foi a primeira zona de colonização europeia. Durante esse período, foi uma região populosa e rentável economicamente.

A capitania cearense, entretanto, foi tardiamente ocupada pelos portugueses, pois as condições climá-

ticas dificultavam a fixação da população ao solo, por estar localizada no perímetro de incidência das secas, fazendo parte do semiárido nordestino.

A irregularidade das chuvas acarreta consequências físicas, econômicas e sociais. As baixas precipitações provocam escassez no volume das águas disponíveis em lagoas, açudes, poços ou reservatórios, reduzindo a quantidade de água armazenada nos solos.

Os períodos de seca têm implicado na falta de água para o consumo e para a produção de alimentos, obrigando o sertanejo a lançar mão de práticas agrárias ou de pastoreio agressivas ao solo. Os desmatamentos e as queimadas são os principais exemplos de degradação ambiental que ocorrem nas áreas atingidas pelas secas.

As baixas precipitações, com distribuição desigual, vão gerar efeitos de degradação física: elevada evaporação de água, formação de solos rasos, às vezes salinos associados a terrenos pedregosos e afloramentos de rochas.

A severidade do clima faz com que o equilíbrio natural tenda à instabilidade, intensificando a dinâmica dos processos naturais de superfície, fazendo com que a paisagem sofra alterações.

A cobertura vegetal, esparsa e descontínua, não protege a superfície do solo dos desgastes decorrentes dos efeitos erosivos do clima.

Essa instabilidade ambiental tende a agravar-se, na medida em que o manuseio e o uso dos recursos naturais são feitos de modos não adequados. Os problemas ambientais surgem sob diferentes formas, nas quais a atividade humana influencia e é influenciada pelas características e potencialidades naturais.

O uso predatório dos recursos naturais, então, propicia uma série de problemas ecológicos, econômicos e sociais. A degradação ambiental traduz-se na transformação das condições naturais de determinada área, por seu mal uso, ocasionando alteração dos elementos básicos da área atingida e comprometendo o equilíbrio do ecossistema.

Essa agressão decorre não do fato do homem utilizar-se dos recursos naturais, mas da forma como é feita essa utilização, de forma irresponsável e predatória.

Um dos mais graves efeitos desta agressão ambiental é o fenômeno da desertificação. Constitui, por si só, consequência com nefastos impactos, gerando perdas nas qualidades do solo, baixíssima capacidade de armazenamento de recursos hídricos,

impedimentos na produtividade agrícola, trazendo graves prejuízos econômicos e sociais para o Ceará, na sua totalidade.



▣ Degradação Ambiental e Desertificação

É fato que no território cearense o ambiente natural encontra-se bastante alterado. Em parte devido à expansão histórica das atividades agropecuárias, do extrativismo vegetal e mineral e, mais recentemente, da atividade urbana e industrial.

Dentre os recursos do meio ambiente mais atingidos, destacam-se a vegetação, o solo e a água. Também a cobertura vegetal primitiva encontra-se alterada em quase todo o estado: nas chapadas, planaltos, serras e áreas semiáridas da depressão sertaneja.

As Serras de Baturité, Uruburetama, das Matas, do Pereiro, a Chapada do Araripe e o Planalto da Ibiapaba constituem exemplos de áreas de vegetação degradada, devido, principalmente, ao uso intenso e diversificado das atividades agrícolas.

Nas áreas da Depressão Sertaneja, de clima semi-árido, a cobertura vegetal, constituída pela caatinga, vem sofrendo, ao longo dos anos, sucessivos desmatamentos e queimadas para a introdução de atividades agropecuárias ou de exploração de madeira.

Essa degradação, por sua vez, repercute nos solos. Esses ficam expostos, sem proteção natural, refle-

tindo, negativamente, na fertilidade e gerando queda na produtividade. Do mesmo modo, o plantio inadequado sem técnicas de manejo, também provoca a erosão dos solos.

Outro recurso que vem sendo degradado é a água. O seu uso indiscriminado e inadequado tem levado à poluição de lagoas, rios, e açudes.

Um dos principais problemas relacionados à desordenada utilização dos recursos hídricos em nosso estado refere-se à poluição gerada pelos esgotos industriais e domésticos que ainda são lançados, em sua maioria, sem prévio tratamento. Sem contar a nociva prática de lançar lixo doméstico nos leitos dos rios, além do uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes nas atividades agrícolas.

Todos esses nefastos efeitos juntam-se ao grave problema de ordem socioambiental que o Estado do Ceará vem enfrentando nos últimos anos: o processo de desertificação, que ocorre em áreas representativas do sertão, de clima semiárido.

▣ Programas de Combate à Desertificação

Desertificação diz respeito ao processo de degradação das terras de regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, ocasionados por diversos fatores. Entre eles destacam-se: as condições climáticas e as atividades humanas.

Para seu efetivo combate, desde a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1994, ficou definido um conjunto de ações no controle do processo de desertificação.

Nesse particular, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD) configura-se como o principal instrumento internacional, coerente com a Agenda 21, para nortear as ações de combate e de prevenção da desertificação.

O Brasil tornou-se signatário dessa Convenção em junho de 1997 e comprometeu-se em implementar, com a participação da sociedade, Programas de Ação Nacional de Combate à Desertificação, centrados em ações de erradicação da pobreza e das desigualdades, na ampliação da capacidade produtiva e na preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Constituem, assim, objetivos estratégicos do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD):

- conservação do solo e da água;
- fixação da população ativa nas zonas rurais;
- recuperação das áreas mais afetadas pela desertificação;
- sensibilização da população para a problemática da desertificação;
- consideração da luta contra a desertificação nas políticas gerais e setoriais.

Nessa direção, o Legislativo Estadual pretende propor políticas de controle, prevenção, combate e recuperação, enquanto medidas prioritárias para as áreas afetadas pelo fenômeno.



▣ Fatores e Efeitos da Desertificação

O processo de desertificação pode ser definido como fenômeno capaz de destruição do potencial produtivo das terras de sua ocorrência.

O uso inadequado e/ou intensivo da terra e da água no desenvolvimento de atividades agropecuárias, a irrigação mal planejada, o desmatamento indiscriminado e as queimadas constituem fatores aceleradores da desertificação.

No Ceará, o processo de desertificação atinge, aproximadamente, 17% do seu território e compromete, potencialmente, outras áreas. O Município de Irauçuba é um dos mais atingidos, com cerca de 50% de seu território em processo de desertificação.

Esse fenômeno provoca impactos ambientais, sociais e econômicos. Do ponto de vista ambiental, a degradação pode ser visualizada pelos sinais de destruição da biodiversidade, na diminuição da disponibilidade de recursos hídricos e na perda de nutrientes do solo.

Todos esses fatores reduzem o potencial agrícola da terra, acarretando perda da capacidade produtiva

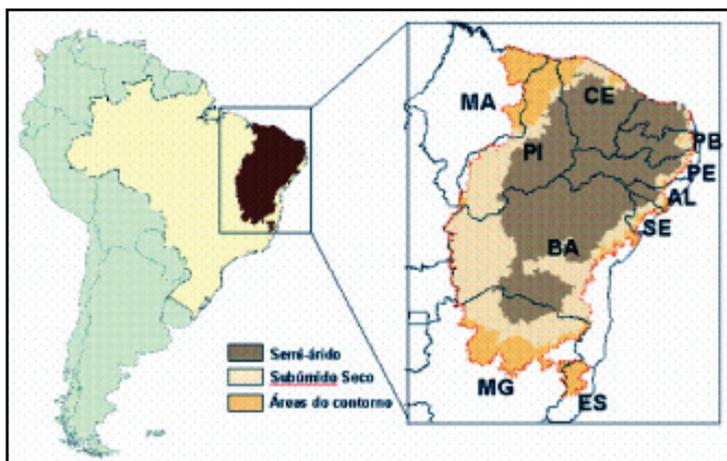
da população que mora nas áreas atingidas pela desertificação.

Isso provoca o fenômeno das migrações, da desestruturação familiar e impactam negativamente as zonas urbanas, caracterizando-se por alta vulnerabilidade e baixíssima qualidade de vida: com elevados índices de morbidade e de mortalidade infantil, diminuição da expectativa de vida da população, além do crescimento da pobreza urbana, desorganização das cidades, aumento do desemprego e da marginalidade, da poluição e dos problemas ambientais urbanos.

Esse fato tem delineado um contexto desfavorável ao desenvolvimento econômico do estado, aprofundando as diferenças regionais, legitimado por um quadro assim configurado: as populações das regiões semiáridas estão entre as mais pobres do mundo; as tecnologias utilizadas não se adequam em muitos casos, às restrições de recursos naturais característicos dessas áreas; o baixo acesso das regiões secas aos mercados nacionais e internacionais, fator que vem estimulando a super-exploração dos recursos naturais dentro de sistemas produtivos tradicionais, com baixo nível tecnológico.



Áreas Susceptíveis à Desertificação





▣ Considerações Finais

Desde que a desertificação possa ser entendida como um fenômeno induzido ou agravado pela ação humana em áreas de equilíbrio ecológico instável, toda a região do Polígono das Secas, onde se localiza boa parte de nosso Estado, está sujeita ao fenômeno.

As áreas desertificadas são zonas de solos rasos ou inexistentes, sem capacidade de retenção de água, e que logo se desidratam, cessadas as chuvas.

O custo econômico para a recuperação dessas áreas, entretanto, é muito alto e muitas vezes não se pode garantir sua reversão. Assim, constitui problemática a ser tratada com urgência pelo parlamento estadual.

O presente debate visa não só discutir os efeitos danosos da desertificação e suas graves consequências ambientais, sociais, econômicas; mas, principalmente, combatê-los e preveni-los.

Nesse contexto, contam a nosso favor a ratificação pelo governo brasileiro, do Protocolo de Kyoto, da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD). Essas prerrogativas confirmam a clara

intenção de se estabelecer novas bases para a implementação de políticas públicas baseadas em processos sustentáveis de desenvolvimento envolvendo diversos níveis público e privado.

Daí a necessidade da conjugação de esforços de todo o Poder Público e da sociedade para a efetivação de uma política voltada para proteção ambiental, aliada a projetos de melhoria da qualidade de vida da população, sob o prisma do desenvolvimento sustentável.

▣ Protocolo de Kyoto

Esse Protocolo tem como objetivo firmar acordos e discussões internacionais para conjuntamente estabelecer metas de redução na emissão de gases-estufa na atmosfera, principalmente por parte dos países industrializados, além de criar formas de desenvolvimento de maneira menos impactante àqueles países em pleno desenvolvimento.

Diante da efetivação do Protocolo de Kyoto, metas de redução de gases foram implantadas, algo em torno de 5,2% entre os anos de 2008 e 2012. O Protocolo de Kyoto foi implantado de forma efetiva em 1997, na cidade japonesa de Kyoto, nome que deu origem ao protocolo. Na reunião, oitenta e quatro países dispuseram-se a aderir ao protocolo e o assinaram. Dessa forma, comprometeram-se a implantar medidas com intuito de diminuir a emissão de gases.

As metas de redução de gases não são homogêneas a todos os países, colocando níveis diferenciados de redução para os 38 países que mais emitem gases, o protocolo prevê ainda a diminuição da emissão de gases dos países que compõe a União Europeia em 8%, já os Estados Unidos em 7% e Japão em 6%. Países em franco desenvolvimento como Brasil, México, Argenti-

na, Índia e principalmente a China, não receberam metas de redução, pelo menos momentaneamente.

O Protocolo de Kyoto não apenas discute e implanta medidas de redução de gases, mas também incentiva e estabelece medidas com intuito de substituir produtos oriundos do petróleo por outros que provocam menos impacto. Diante das metas estabelecidas o maior emissor de gases do mundo, Estados Unidos, desligou-se em 2001 do protocolo, alegando que a redução iria comprometer o desenvolvimento econômico do país.

▣ AS ETAPAS DO PROTOCOLO DE KYOTO

Em 1988, ocorreu na cidade canadense de Toronto a primeira reunião com líderes de países e classe científica para discutir sobre as mudanças climáticas. Na reunião foi dito que as mudanças climáticas têm impacto superado somente por uma guerra nuclear. A partir dessa data foram sucessivos anos com elevadas temperaturas, jamais atingidas desde que iniciou o registro.

Em 1990, surgiu o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), primeiro mecanismo de caráter científico, tendo como intenção alertar o mun-

do sobre o aquecimento do planeta, além disso, ficou constatado que alterações climáticas são principalmente provocadas por CO₂ (dióxido de carbono) emitidos pela queima de combustíveis fósseis.

Em 1992, as discussões foram realizadas na Eco-92, que contou com a participação de mais de 160 líderes de Estado que assinaram a Convenção Marco Sobre Mudanças Climáticas.

Na reunião, metas para que os países industrializados permanecessem no ano de 2000 com os mesmos índices de emissão do ano de 1990 foram estabelecidas. Nesse contexto as discussões levaram à conclusão de que todos os países, independentemente de seu tamanho, devem ter sua responsabilidade de conservação e preservação das condições climáticas.

Em 1995, foi divulgado o segundo informe do IPCC declarando que as mudanças climáticas já davam sinais claros, isso proveniente das ações antrópicas sobre o clima. As declarações atingiram diretamente os grupos de atividades petrolíferas, esses rebateram a classe científica alegando que eles estavam precipitados e que não havia motivo para maiores preocupações nessa questão.

No ano de 1997, foi assinado na cidade japonesa o Protocolo de Kyoto, essa convenção serviu para firmar

o compromisso, por parte dos países do norte (desenvolvidos), em reduzir a emissão de gases. No entanto, não são concretos os meios pelos quais serão colocadas em prática as medidas de redução e se realmente todos envolvidos irão aderir.

Em 2004 ocorreu uma reunião na Argentina que fez aumentar a pressão para que se estabelecessem metas de redução na emissão de gases por parte dos países em desenvolvimento até 2012.

O ano que marcou o início efetivo do Protocolo de Kyoto foi 2005, vigorando a partir do mês de fevereiro. Com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, cresceu a possibilidade do carbono se tornar moeda de troca. O mercado de créditos de carbono pode aumentar muito, pois países que assinaram o Protocolo podem comprar e vender créditos de carbono.

Na verdade o comércio de carbono já existe há algum tempo, a bolsa de Chicago, por exemplo, já negociava os créditos de carbono ao valor de 1,8 dólares por tonelada, já os programas com consentimento do Protocolo de Kyoto conseguem comercializar carbono com valores de 5 a 6 dólares a tonelada.

Eduardo de Freitas
Graduado em Geografia
Equipe Brasil Escola

☐ Referências Bibliográficas

BORZACHIELLO, da Silva J.; CAVALCANTE, Tércia. **Atlas Escolar, Ceará:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2004.

BRASIL. **Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação.** Disponível em <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Desertificação>. Acesso em 02/06/07.

Consequências da Desertificação. Disponível em: <http://www.desertdesmat.hpg.ig.com.br>. Acesso em 2/06/07.

REVISTA CONVIVER NORDESTE Semiárido. Fortaleza: Edição DNOCS-BNB. Vol. 03.



**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Antonio Nóbrega Filho

Núcleo de Mobilização Política Social

COORDENAÇÃO:

Márcia Dias Soares
Ana Maria Vieira Braga
Flora Maria Teles Pinto
Germana Ellery Marinho Frota
Glaice Gonçalves de Lucena Filgueiras
Isabelle Campos Girão
Karla Costa Lima Sampaio
Liani Maria Braga Jacó
Milena Saraiva Leão
Sâmya Régia Figueiredo Vieira

Núcleo de Gestão / Memória

Ana Rita Rogério Maia
Érika Coutinho
Francisca de Fátima Lira
Marlene Guilherme Mindêllo
Marluce Studart Vieira
Marta Lêda Miranda Bezerra
Melissa Ester Nogueira Rodrigues

Revisão Ortográfica

Vânia Soares

Diagramação e Arte

Mário Giffoni
Carlos Alberto Alexandre Dantas

Gráfica do INESP

Equipe Gráfica

Ernandes do Carmo
Francisco de Moura
Hadson Barros
João Alfredo
Alberto Siqueira

Revisão

Vânia Rios

Projeto Gráfico e Capa

Carlos Alberto Alexandre Dantas

Av. Desembargador Moreira 2807

Dionísio Torres Fortaleza Ceará.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: 3277-3705

Fax: (0xx85) 3277-3707



Home page: www.al.ce.gov.br

E-mail: epovo@al.ce.gov.br



INESP

Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento
do Estado do Ceará

Home page: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br



POR UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA ¹

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, **EU ME COMPROMETO** – em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

- 1 RESPEITAR A VIDA.** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
- 2 REJEITAR A VIOLÊNCIA.** Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
- 3 SER GENEROSO.** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- 4 OUVIR PARA COMPREENDER.** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;
- 5 PRESERVAR O PLANETA.** Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- 6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE.** Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

¹ Manifesto redigido por defensores da Paz como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela, no sentido de sensibilizar a cada um de nós na responsabilidade que temos em praticar valores, atitudes e comportamentos para a promoção da não violência. Lançado em 2000 pela UNESCO, contou com a adesão da Assembleia Legislativa ao “Manifesto 2000” com a coleta de mais de 500 mil assinaturas em nosso Estado.

METAS DO MILÊNIO

8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO

NÓS PODEMOS



1
ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA



2
EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS



3
IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER



4
REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL



5
MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES



6
COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS



7
QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE



8
TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

Em 2000, as “8 Metas do Milênio” foram aprovadas por 191 países da ONU, em Novo Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiveram presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir os 8 objetivos, especificados, até 2015.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
— Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Música de Alberto Nepomuceno

Letra de Tomás Lopes

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha - esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florir nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplitude.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florir em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!

